

TERRITÓRIO DAS AMÉRICAS: OS USOS DO PASSADO E AS RELAÇÕES INTERAMERICANAS NAS RUAS DO RIO DE JANEIRO*

Paulo Knauss
*Francisca Azevedo***

Resumo. Este artigo trata das relações interamericanas como fato urbano e toma a cidade do Rio de Janeiro como estudo de caso. Neste sentido, o trabalho analisa como as conferências interamericanas organizadas no Rio de Janeiro em 1906, 1942 e 1947 promoveram rituais públicos que mobilizaram a sociedade urbana, transformando as ruas da cidade em território das relações interamericanas. O estudo trata, também, a toponímia das ruas do Rio de Janeiro, demonstrando como a nomeação de logradouros públicos se relaciona com as tendências da política exterior brasileira e caracteriza uma modalidade específica de usos do passado.

Palavras-chave: história urbana; história das relações interamericanas; toponímia urbana; usos do passado.

TERRITORY OF THE AMERICAS: USES OF THE PAST AND INTER-AMERICAN RELATIONS IN THE STREETS OF RIO DE JANEIRO

Abstract. This article deals with Inter-American Relations as an urban fact, taking the city of Rio de Janeiro as a case study. In this sense, this work analyses how the Inter-American conferences organized in Rio de Janeiro in 1906, 1942 and 1947 promoted public rituals that mobilized urban society, making the streets of the city a territory of Inter-American relations. The study also deals with the toponymy of the streets of Rio de Janeiro, showing how the naming of public places is related to the trends in Brazilian foreign policy and characterizes a specific modality of uses of the past.

Keywords: urban history; history of inter-american relations; urban toponymy; uses of the past.

* Artigo recebido em 16/8/2007 e aprovado em 21/4/2008.

** Professores, respectivamente, da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TERRITORIO DE LAS AMÉRICAS: LOS USOS DEL PASADO Y LAS RELACIONES INTERAMERICANAS EN LAS CALLES DE RIO DE JANEIRO

Resumen. El texto trata de las relaciones interamericanas como hecho urbano, tomando la ciudad de Río de Janeiro como estudio de caso. En este sentido, el trabajo analiza cómo las conferencias interamericanas organizadas en Río de Janeiro en los años 1906, 1942 y 1947 promovieron rituales públicos que movilizaban la sociedad urbana, transformando las calles de la ciudad en territorio de las relaciones interamericanas. El estudio trata, también, de la toponimia de las calles de Río de Janeiro y demuestra cómo la nominación de lugares públicos se relaciona con las tendencias de la política exterior brasileña y caracteriza una modalidad específica de usos del pasado.

Palabras Clave: Historia urbana; Historia de las relaciones interamericanas; Toponimia urbana; Usos del pasado.

A realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade Rio de Janeiro em 2007 provocou a reflexão sobre o papel da cidade no campo das relações entre o Brasil e as outras nações das Américas. Ainda não são muitos os trabalhos acadêmicos sobre a história do Brasil e as relações interamericanas, ou relativos ao papel do Brasil nos projetos continentalistas.¹ As referências que existem frequentemente se concentram na história diplomática; contudo, ao percorrer a cidade do Rio de Janeiro, não há como deixar de perceber que a cidade remete a uma memória das relações interamericanas no Brasil por meio dos nomes de ruas que celebram fatos e heróis nacionais de países do hemisfério americano. Este trabalho tem como objetivo explorar essa dimensão das relações interamericanas nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Num primeiro momento, pretende-se apresentar como as ruas foram tomadas pelas reuniões interamericanas de 1906, 1942 e 1947 ao serem promovidos rituais públicos que ocuparam as ruas da cidade. Em seguida, pretende-se abordar a história da toponímia das ruas da cidade para analisar os nomes dos logradouros públicos municipais. Fundamentalmente, o que se

¹ Pode-se dizer que o interesse pela construção do MERCOSUL reverteu essa tendência em alguma medida. Exemplo desse interesse renovado é o livro (CERVO, 2001).

apresenta é um quadro em que as relações interamericanas se afirmam como fato urbano.²

CIDADE GLOBAL

Os Jogos Pan-Americanos foram idealizados numa conjuntura política do segundo pós-guerra, que elevou os Estados Unidos da América à condição de potência mundial. Na lógica da política exterior norte-americana - no âmbito da Guerra Fria - os Estados do continente americano deveriam desenvolver práticas políticas cada vez mais alinhadas aos Estados Unidos, recuperando a Doutrina Monroe lançada no século XIX. A máxima “A América aos americanos”, que serviu anteriormente para afirmar a autonomia dos povos do Hemisfério Ocidental contra os projetos intervencionistas europeus neocoloniais, tornou-se, em meados do século XX, uma fonte legitimadora da hegemonia norte-americana.³ Os Estados Unidos passaram a investir novamente no princípio de integração continental, tentando neutralizar os movimentos de intelectuais ativistas contrários à hegemonia norte-americana e ao capitalismo. É nesse contexto que os jogos são pensados, promovendo a aproximação hemisférica para atrair a juventude latino-americana e criar uma nova geração menos crítica à potência do Norte.

A primeira edição dos Jogos Pan-Americanos ocorreu em 1951, tendo como sede a cidade de Buenos Aires. A competição foi aberta no dia 25 de fevereiro e reuniu 2.513 atletas de 21 países, com 18 modalidades em disputa. Ao longo de mais de 50 anos, os Jogos Pan-Americanos jamais deixaram de ser disputados e passaram por diversas cidades do continente, desde o Extremo Norte, como Winnipeg (Canadá), sede de duas edições do evento, 1967 e 1999; até o Sul, como Mar del Plata (Argentina), que recebeu os Jogos de 1995. Os Jogos foram realizados ainda na Cidade do México (México), em Chicago (Estados Unidos), Cáli (Colômbia), San Juan (Porto Rico), Caracas (Venezuela), Indianápolis (Estados Unidos) e Havana (Cuba), sendo o último realizado

² Na historiografia sobre as ruas do Rio de Janeiro destaca-se a obra de Gerson (2000), cuja 1ª edição data de 1965. Esta obra apresenta um tratamento cronológico e descritivo de cada rua apresentada, não analisando o conjunto da cidade. A renovação historiográfica é caracterizada pelo estudo dos sentidos e representações do espaço urbano. Exemplo da tendência recente é o livro de Velloso (2004).

³ Uma análise da política exterior norte-americana para a América latina encontra-se, por exemplo, em: Ayerbe (2002).

em 2003 na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana, comparecendo 5.000 atletas, 42 países, 35 modalidades de jogos esportivos. A cada edição, os Jogos Pan-Americanos foram crescendo de tamanho e importância, e em menos de meio século o evento dobrou em número de países, atletas e modalidades, até tornar-se uma das principais competições do calendário esportivo mundial.

A primeira edição brasileira dos Jogos aconteceu em 1963, na cidade de São Paulo. A quarta edição da competição recebeu cerca de 40 mil pessoas na cerimônia de abertura, realizada no Estádio do Pacaembu. A décima quarta edição dos Jogos Pan-Americanos, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 2007, ocorre em conjuntura política muito diversa. O fim da Guerra Fria, que foi acompanhada pela afirmação da globalização econômica e pelas consequências dos ataques às Torres Gêmeas, em Nova York, em 11 de setembro de 2001, distanciou a política exterior norte-americana da América Latina. Por outro lado, a afirmação do estado de direito e o fortalecimento dos movimentos sociais latino-americanos deram novos sentidos à questão da integração das Américas e recolocam novas bases para o relacionamento interamericano e com os EUA (VILLAFANE; MARINO, 2007).

Não obstante, não se pode deixar de considerar que o projeto dos Jogos do Rio de Janeiro de 2007 se articula a um plano mais ousado de transformar a cidade em sede de Olimpíadas e realizar no Brasil uma Copa do Mundo de futebol. Esse movimento tem como modelo a cidade espanhola de Barcelona e a promoção das Olimpíadas de 1992, acompanhando uma tendência dos anos 90 de colocar as cidades no campo das relações internacionais. Nesse caso, a diplomacia se coloca, sobretudo, como estratégia para o desenvolvimento local e definir a cidade do Rio de Janeiro como cidade global. As cidades globais são caracterizadas como centros urbanos com capacidade de desenvolver uma política de inserção internacional sustentada, conquistando uma autoridade econômica e cultural no sistema mundial contemporâneo a partir do estabelecimento de atividades internacionalizadas. Assim, sob o impulso da globalização em termos econômicos e culturais, promove-se o processo de urbanização. A realização desse projeto no Rio de Janeiro

ainda aguarda sua avaliação, mas não há dúvida de que o programa de ação proposto coloca a cidade no campo das relações internacionais.⁴

RITOS URBANOS

A participação do Rio de Janeiro nas relações interamericanas está marcada, sobretudo, pelo fato de a cidade ter sido a capital nacional até 1960. Se o período imperial não representa um tempo de aproximação com os países do Hemisfério Ocidental, a proclamação do regime republicano mudou os rumos da diplomacia brasileira. Assim, o Rio de Janeiro foi sede da *3ª Conferência Pan-Americana*, cuja abertura foi realizada no dia 23 de julho de 1906. O principal marco desse evento foi o erguimento, em pleno centro da cidade, do Palácio Monroe, destruído em 1976. Tratava-se de reconstrução do pavilhão brasileiro da Exposição Internacional de Saint Louis de 1904, nos EUA. Depois disso, foi no contexto da Segunda Guerra Mundial que a cidade tornou a ser sede de atividades importantes da diplomacia hemisférica. Em 1942, entre 15 e 24 de janeiro, no Palácio Tiradentes, foi realizada *3ª Reunião de Consulta aos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas*, reunindo os ministros das relações exteriores de vários países das Américas. A convocação da reunião por iniciativa dos EUA ocorreu após os acontecimentos do ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor para debater a posição dos países das Américas diante da Segunda Guerra Mundial. A solidariedade continental foi utilizada pelo governo dos EUA para promover uma posição conjunta de oposição às potências do eixo.

Estas conferências mobilizaram ao seu tempo a cidade. A solenidade oficial que cercava os eventos diplomáticos se estendeu sobre a cidade. Em 1906 e 1942, a visita ao Brasil do Secretário de Estado norte-americano, respectivamente Elihu Root e Summer Welles, foi cercada de promoção pública na cidade. A chegada de Root ao Rio foi descrita do seguinte modo pelo *Jornal do Comércio*, em 28 de julho de 1906:

Quando na névoa da manhã o navio apontava ao largo, já era grande no cais Pharoux e em outros pontos da cidade o

⁴ Para um tratamento das cidades globais no campo das relações internacionais, veja-se: Rodrigues (2004). Esse trabalho apesar de examinar o caso do Brasil, tem como referência as cidades de Curitiba, São Paulo e Porto Alegre, e não examina o caso do Rio de Janeiro. Uma avaliação recente de diferentes casos de intervenção urbanística em cidades latino-americanas.

acúmulo de pessoa. Esse movimento da curiosidade pública acentuava-se, porém, especialmente na Praça Quinze de Novembro, onde logo a essa hora começaram a reunir-se estudantes, representantes da imprensa, fotógrafos e outras pessoas diretamente interessados no acontecimento. Nesse ponto tinha sido armado, com alfaías ricas e flores naturais, um elegante palanque vermelho, ao alto do qual, entre troféus de bandeiras brasileiras e americanas, se lia a inscrição *Welcome Root!*. [...] Por de trás do cordão duplo estabelecido pela guarda civil, apinhava-se, já nessa ocasião, uma multidão ansiosa e que, a cada momento, se tornava mais compacta, pois de minuto a minuto, bondes de carris urbanos e as barcas de Niterói despejavam no local, centenas de passageiros. [...] A esse tempo, a multidão aglomerada por toda a praça aclamava calorosa e incessantemente o ministro de Estado americano, que, acompanhado do sr. Barão do Rio Branco, se dirigiu para o palanque ali armado.

A descrição apresenta como a cidade foi preparada para a recepção ao estrangeiro ilustre com decoração própria e como a população participou do evento, completando o rito social da ocasião. A notícia segue apresentando, ainda, os inúmeros grupos de categorias organizadas da sociedade que se faziam representar no Cais Pharoux, entre os quais estavam os estudantes da faculdade de Direito, de Medicina, da Escola Naval, do Colégio Militar, e os trabalhadores da Associação dos Empregados do Comércio. Todos os grupos estavam organizados em carros para participar do desfile liderado pelos carros das autoridades oficiais, percorrendo as ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro “ao som de fanfarras e clarins”, como descreveu o *Jornal do Comércio*. O préstito atravessou as ruas Primeiro de Março e Visconde de Inhaúma até a avenida Central, encontrando uma cidade enfeitada para a festa, com gente em trajes de gala, bandeiras nas janelas, postes e fachadas decoradas com flores e algumas com inscrição **salve Root**. Milhares de pessoas aguardavam a chegada do préstito na Avenida Central, local em que a aclamação do secretário norte-americano chegou ao auge, conforme descrição de época, seguindo pelas ruas dos bairros da Glória e Catete, até alcançar o palacete do Marquês de Abrantes, onde a presença popular obrigou o convidado estrangeiro a improvisar um discurso em sua língua natal.

A conferência se caracterizou, destarte, como um momento de mobilização da sociedade urbana em torno das relações interamericanas

ao instaurar um ritual próprio nas ruas da cidade. A inauguração da conferência foi aparentemente o ponto alto da ocasião. Nas páginas de *O Paiz*, de 26 de julho de 1906, o comentário era que se tratava de uma noite que “difícilmente poderá desaparecer da memória dos cariocas”, e jornal completa afirmando: “admiramos belezas tão fortes, que jamais perderemos a impressão daquelas horas felizes”. O jornal destacava assim o congresso como prova do prestígio internacional do Brasil, mas não deixou de fazer observações interessantes:

As avenidas Central e Beira-mar, em torno do Pavilhão de S. Luiz, regorgitavam. As mais lindas cariocas estacionavam, admirando a beleza da iluminação e aproveitando a ocasião para desenvolver *flirtations* adoráveis. O Rio *up to date* se ostentava em toda a sua pompa. O pavilhão resplandecia [...]. E ao lado dessa sociedade elegante, *up to date*, o velho Rio aparecia tímido, apagado, entretanto não deixava de surgir naquele sitio renovado, maravilhosamente moderno, *new style* [...]. Era o Rio antigo, o Rio que já passou, que se misturava, desprendendo-se do Rio moderno, lavado, amplo, que vai aparecendo para encanto de todos os cariocas. E os velhos que ali estavam, deslumbrados com a nova civilização, deveriam sentir uma funda saudade ao ver as pretas do mingau, os doceiros. Outrora, aqueles tabuleiros eram inseparáveis das grandes festas populares! E as boas velhinhas amaram e brincaram, moças em torno daqueles tabuleiros iluminados por uma vela trêmula!

A conferência integrava, assim, o movimento das reformas urbanas do período, identificadas com as administrações do prefeito Pereira Passos e do governo do presidente Rodrigues Alves, e, claramente, a influência norte-americana se revelava no vocabulário inglês que demarcava a atualização dos costumes urbanos.

A demonstração de pompa ficou por conta de algumas solenidades especiais: a festa no palácio do Catete em homenagem à chegada ao Rio de Elihu Root, secretário de Estado dos EUA; o banquete oferecido pelo convidado norte-americano no palacete de Abrantes, no dia seguinte à sua chegada na cidade; e o baile do Itamaraty, oferecido pelo Barão do Rio Branco, ministro brasileiro das Relações Exteriores. Além disso, noticiou-se a Manifestação de Acadêmicos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais em homenagem a Elihu Root, caracterizada como *Marche aux Flambeaux*. A manifestação se organizou em frente ao Ginásio Nacional e percorreu a avenida Central e foi acompanhada por

grande número de pessoas até o palácio Monroe, onde estava o representante de Estado norte-americano. Conforme o *Jornal do Comércio*, a manifestação mobilizou cerca de três mil estudantes que carregavam à frente a bandeira norte-americana, enquanto outros estudantes atrás carregavam bandeiras de outros países americanos e a bandeira das Nações Americanas.

O programa do secretário norte-americano na cidade incluiu atividades que demarcavam os costumes dos novos tempos da cidade. Assim, a imprensa destacou o passeio marítimo na baía de Guanabara a convite do ministro da Fazenda, José Leopoldo de Bulhões Jardim. A comitiva de muitos convidados partiu em duas embarcações – *Petrópolis* e *Quinha* – com bandas de música a bordo. Às 17 horas estava previsto *lunch* para todos na ilha Fiscal. Além disso, o ministro dos Transportes, Lauro Müller, organizou para os convidados, incluindo o secretário norte-americano como convidado especial, uma excursão de trem ao Corcovado; e finalmente, na manhã do dia 2 de agosto realizou-se, no *Jockey Club*, o Grande Prêmio Pan-Americano, em homenagem aos convidados estrangeiros da conferência. Mais de 20 mil pessoas teriam comparecido à ocasião, segundo o diário *O Paiz*. A cidade nunca havia assistido à diplomacia animar a vida da cidade como naqueles dias.

Movimento semelhante de mobilização da sociedade urbana se repetiu em 1942, durante a promoção da chamada *Conferência do Rio*, a 3ª *Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas*. Dessa vez, também se deu muito destaque na imprensa à participação do secretário de Estado dos EUA da época, Summer Welles. Na imprensa, sua presença no Rio de Janeiro era a medida do sucesso da conferência.

Dois dias antes da inauguração da conferência, segundo o *Jornal do Brasil* do dia 13 de janeiro de 1942, a cidade já vivia “suas primeiras horas de vibração”, quando “desde as 14 horas representantes de todas as classes sociais se dirigiram para o aeroporto Santos Dumont, onde deviam chegar os delegados de várias nações americanas”. Já no dia 16 de janeiro, ao noticiar a instalação dos trabalhos, o mesmo jornal destacou o apoio popular à iniciativa diplomática e anotou que “a cidade interrompeu o seu ritmo normal de vida e convergiu para o local onde se realizava a reunião”. A descrição se completava sublinhando a participação da classe de trabalhadores:

Fábricas e usinas fecharam às 14 horas, e a massa proletária, uma consciente multidão de homens que desejam permanecer livres num país soberano, veio dizer ao presidente Getúlio Vargas que não lhe faltaria apoio nem a precisa solidariedade que em nome do Brasil [ilegível] antes de reunir-se para sua solene abertura, a conferência dos chanceleres à avenida Central [...]. Caminhões carregando operários que conduziam bandeiras nacionais e flâmulas e cartazes com corajosas legendas de afirmação panamericanista, chegavam de instante a instante e o trânsito na principal artéria do centro urbano ia se fazendo impossível.

O ardor popular, segundo o *Jornal do Brasil*, teria acompanhado também o trajeto do presidente Getúlio Vargas até o local da abertura oficial da conferência. Diversas manifestações foram se repetindo pela Rua Paçandu e pela praia do Flamengo, até o carro presidencial chegar ao obelisco da Avenida Rio Branco, onde **uma vibração uníssona** ganhava o ar saudando o presidente do Brasil e dos EUA, até se ouvir o hino nacional executado pela Banda de Música do Batalhão Naval em frente ao Palácio Tiradentes. A descrição se completa com o seguinte comentário:

O povo carioca viveu, assim, um dos seus grandes momentos de entusiasmo, que nivelou nas mesmas eclosões de alegria, homens, mulheres e crianças, gente do povo, classes trabalhistas e juventude

Com uma programação intensa, a conferência foi marcada por inúmeras iniciativas que prestigiavam os convidados, como o almoço oferecido pela Academia Brasileira de Letras e pela Associação Brasileira de Imprensa e a cerimônia de concessão do título de doutor *honoris causa* a Summer Welles, o secretário de Estado norte-americano, pela Universidade do Brasil. No dia 19 de janeiro daquele ano da conferência no Rio de Janeiro, a cidade acompanhou novamente o programa de corridas no *Jockey Club*, repetindo uma das atividades de destaque de 1906. Depois de um almoço oferecido pelo ministro da Guerra no restaurante do hipódromo da Gávea, os chanceleres estrangeiros ocuparam a tribuna de honra para assistir às corridas. O programa do dia se completou com um desfile aéreo de esquadrilha de aviões sobrevoando o hipódromo, que ganhou destaque na imprensa da época. A ocasião era também de homenagens, por isso as provas foram dedicadas a heróis nacionais de diversos países do hemisfério: San Martín, O'Higgins e

Artigas, Duque de Caxias, Simon Bolívar, José Martí e George Washington. Chama a atenção, no entanto, a capa do programa, ostentando o retrato de James Monroe circundado por sua frase célebre que serviu de base para a política pan-americana dos EUA, à qual o Brasil se alinhou.

Ocorre, assim, em torno da presença dos chanceleres estrangeiros no Rio de Janeiro, um processo de ritualização que mobilizou as ruas da cidade a partir da diplomacia. Os rituais públicos que ocupavam as ruas da cidade serviam para demonstrar aos convidados estrangeiros o apoio da sociedade urbana, ao mesmo tempo que instalava nessa sociedade os propósitos da diplomacia oficial. Desse modo, a cidade se definia como instrumento diplomático que legitimava a política exterior nacional.

Em 1947, realizou-se a *Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente*. Esta conferência foi marcada por algumas particularidades em relação às outras de 1906 e 1942. A principal distinção é que, embora a conferência tenha sido instalada no Rio de Janeiro, os trabalhos foram realizados no município serrano de Petrópolis, nas dependências do palácio Quitandinha. Essa conferência demarcou o movimento diplomático hemisférico do pós-guerra, que sob a hegemonia dos EUA, em 1948, conduziu à criação da Organização dos Estados Americanos / OEA como base do sistema das relações interamericanas da segunda metade do século XX. Com o objetivo de fortalecer as relações de amizade e boa vizinhança entre os povos do Hemisfério Ocidental, os trabalhos levaram os países representados à aprovação do *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*, também conhecido simplesmente como *Tratado do Rio*, firmado em 2 de setembro de 1947, no Palácio do Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro. Dessa vez, porém, como os trabalhos da conferência ocorreram em Petrópolis, a vida urbana do Rio de Janeiro foi muito menos mobilizada, de acordo com a leitura da imprensa de época.

Nessa conferência não foi um secretário de Estado que chamou atenção da cidade. A visita de Eva Perón, a primeira-dama argentina e representante do seu governo, ocupou o noticiário em espaços breves, mas foi a visita oficial do presidente dos EUA, Harry Truman, que atraiu mais a atenção dos jornais de época. Nos caso dos dois visitantes, o destaque oficial coube às visitas à Câmara dos Deputados. As fontes da época, especialmente a imprensa e as fotos no Arquivo do Itamaraty, indicam que a chegada de Harry Truman foi o grande momento de mobilização da sociedade urbana do Rio de Janeiro durante a conferência

de 1947. Conforme descreve o *Jornal do Brasil* nas suas páginas do dia 2 de setembro de 1947, o presidente norte-americano chegou ao aeroporto do Galeão e seguiu de lancha até a Praça Mauá. Foi recebido pelas autoridades brasileiras no edifício do *Touring Club do Brasil*, naquel praça.

Na seqüência, ocorreu um cortejo de automóveis que acompanhou o chefe de Estado norte-americano pela cidade. Em carro aberto e na companhia do presidente brasileiro Eurico Gaspar Dutra, Truman saudava os cidadãos cariocas, que se enfileiravam nas ruas e buscavam nas marquises dos edifícios uma melhor vista da passagem do político estrangeiro. Dos edifícios da cidade foram atirados confetes e serpentinas para marcar a ocasião. Contudo, não houve um momento de pronunciamento ao povo da cidade nem outras solenidades em espaços urbanos. Nesse sentido, a conferência de 1947, ainda que importante do ponto de vista da história da diplomacia interamericana, não parece ter sido envolvida na mesma medida pela sociedade urbana do Rio de Janeiro, como faz crer a imprensa ter ocorrido no caso das conferências de 1906 e 1942. Sem dúvida, tratava-se de uma nova conjuntura da vida política nacional, animada pelas liberdades democráticas conquistadas depois de 1945, mas também portadora das marcas do conservadorismo do governo do presidente Dutra. Nesse mesmo ano da conferência interamericana foram rompidas as relações diplomáticas do Brasil com a antiga União Soviética e decidiu-se a cassação do Partido Comunista Brasileiro/PCB e da Confederação Geral dos Trabalhadores/CGT, atos que foram acompanhados pela intervenção em diversos sindicatos, ocasionando uma onda de repressão aos movimentos sociais. A face conservadora do governo atingiu também a vida urbana carioca com a proibição dos jogos de azar, o que levou ao fim dos cassinos que animavam o mundo das artes de espetáculo no Rio de Janeiro. A discrição urbana da conferência interamericana de 1947 acompanhou, assim, os novos tempos da cidade.

De modo geral, porém, o que se pode afirmar é que as conferências interamericanas criaram um padrão de envolvimento da diplomacia com a cidade. Ritos sociais foram organizados nas ruas, ornamentadas com decoração própria para a ocasião. No caso das conferências interamericanas do Rio de Janeiro de 1906, 1942 e 1947, a presença do representante dos EUA era o ponto principal das atrações da cidade, o que punha em relevo o papel do Estado norte-americano na orientação da política externa brasileira para as Américas. A organização de um desfile urbano expunha o visitante ilustre aos olhos da população,

ocupando as ruas da cidade e aproximando a sociedade urbana dos personagens principais da diplomacia estrangeira. O ritual urbano instaurado serviu como padrão para as visitas oficiais de chefes de Estado e a diplomacia se encarregou de organizar solenidades públicas nas ruas para envolver a população da cidade. As relações interamericanas ocuparam, portanto, as ruas da cidade, ritualizando a vida urbana para legitimar os movimentos da diplomacia oficial por meio da mobilização da sociedade urbana.

NOME DAS RUAS

Na cidade do Rio de Janeiro não é recente a existência de topônimos ligados à cultura e/ou tradições de outras nações americanas.⁵ Copacabana, por exemplo, um dos mais populares bairros da Zona Sul da cidade, tem seu nome ligado à América Espanhola. Segundo Adolfo Morales de los Rios Filho, Copacabana é um termo da língua azteca e significa **praia que foi embelezada**, ou da língua quêchua, **composto por copac – azul e cahuana – mirante**. Sendo assim, Copacabana significa mirante do azul, ou observatório azul. A denominação proveio da península com esse nome que se localiza na margem do lago Titicaca, na fronteira do Peru com a Bolívia. Tradicionalmente, conta-se que foi de lá que saiu Manco Capac para fundar o império incaico em Cuzco. O vice-rei espanhol do Peru, Conde de Lemos, construiu no local um templo, onde foi colocada, em meados do século XVII, uma imagem de Nossa Senhora da Candelária, que passou a ser conhecida como Senhora ou Virgem de Copacabana. Uma reprodução da imagem religiosa foi trazida para o Rio de Janeiro para um albergue de pescadores localizado junto à fortaleza da praia de Sacopenapan. No século XVIII, um terreno sobre um outeiro da praia foi doado por João Gomes de Paiva para edificar uma igreja, onde a imagem permaneceu protegendo os pescadores e dando origem à igreja de Copacabana, que se manteve no local até a construção, em 1914, do forte ainda hoje ali existente (DE LOS RIOS FILHO, 2000). De todo modo, a referência andina demarca uma das paisagens emblemáticas do Rio

⁵ Em geral se define toponímia (do grego *topos*: lugar + *onyma*: nome) como o estudo da origem e da significação dos nomes de lugares, ou mesmo como estudo dos nomes geográficos. Estudos mais recentes têm demonstrado que essa definição tem alcance limitado, uma vez que os estudos toponímicos não devem se restringir apenas aos aspectos etimológicos, negligenciando questões de ordem social e humana (DICK, 1990).

de Janeiro, tornando-se um nome tão carioca que faz esquecer a origem estrangeira da toponímia urbana.

A partir de diversos guias de ruas da cidade do Rio de Janeiro é possível identificar 104 logradouros que homenageiam as Américas. Esta homenagem pelo nome das ruas caracteriza um modo peculiar de **usos do passado**. Por meio dos nomes das ruas, procura-se perenizar a presença de uma data, de um lugar ou de uma personalidade da história que a cidade reconhece como parte de sua própria história. Não necessariamente se trata de elementos da história local, mas muitas vezes de referências com as quais a cidade se identifica. Assim, a construção da identidade da cidade se configura nos usos do passado, no caso, pelo nome das ruas urbanas. As datas, os lugares, os personagens da história universal ou nacional no nome das ruas da cidade se conectam, então, com a história local, por meio de uma **operação historiográfica** que afirma os sentidos da cidade. Esta operação situa-se num dado lugar social de enunciação sobre a história, que se realiza no âmbito da sociedade política da prefeitura municipal, e, ao mesmo tempo, revela uma prática da história específica que se realiza por meio da promoção do nome das ruas e se completa pela prática da colocação de placas nesses logradouros públicos. É esse pressuposto que permite relacionar usos do passado e relações interamericanas na cidade do Rio de Janeiro.⁶

A análise geral da listagem construída de nomes das ruas do Rio de Janeiro permite formular algumas questões iniciais. Que nações estão representadas e quais delas contam com o maior número de indicações? Quais os personagens nacionais lembrados? Qual a relação entre as homenagens e as tendências da política externa brasileira?

Numa primeira leitura da listagem se conclui que quase todas as nações das Américas estão representadas nos nomes das ruas do espaço urbano carioca,⁷ porém são os Estados Unidos da América o país que

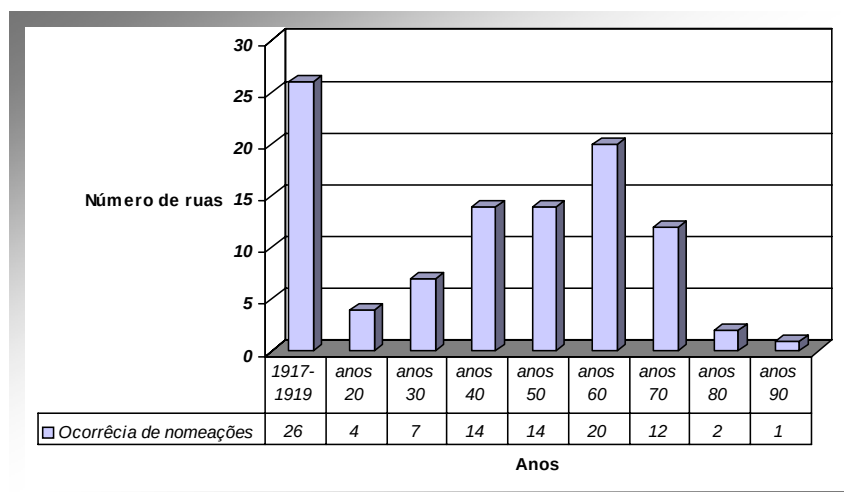
⁶ Aqui empregamos a noção de **usos do passado** proposta por Hartog e Revel (2001) e de **operação historiográfica** definida por De Certeau (1982). O desafio deste estudo está em aplicar estas noções ao campo da toponímia urbana.

⁷ Lista de nomes de ruas e data de nomeação. Aguascalientes, tr.; 2- Alabama; 3- Albert Sabin (Portuguesa) [2002]; 4- Albert Sabin, av. (Recreio dos Bandeirantes); 5- Albert Sabin, pça. (Pechincha); 6- América, (Sto. Cristo) [1917]; 7- Americana [1920]; 8- Américas, av. [1966]; 9- Andrés Belo; 10- Angustura [1917]; 11- Antilhas, pça [1966]. 12- Arequipa [1946]; 13- Argentina (S. Cristóvão) [1917]; 14- Argentina, pça. (S. Cristóvão) [1917]; 15- Armstrong [1970]; 16- Atahualpa, pça. [1950]; 17- Bariloche, pça. [1965]; 18- Bartolomeu Mitre av. [1935]; 19- Benito Juarez [1952]; 20- Benjamin Franklin [1946]; 21- Bogotá [1956]; 22- Bolívar [1917]; 23- Bolívia (Engenho Novo)

recebe o maior número de indicações, ficando o segundo lugar para a Argentina. Há, assim, um quadro que acompanha a geografia das relações do Brasil no contexto hemisférico. Na história da política externa brasileira, os EUA e a Argentina sempre ocuparam uma posição central no quadro das relações interamericanas.

Do ponto de vista da cronologia, observa-se significativa variação por décadas nas datas dos decretos de nomeação dos logradouros públicos da cidade. No gráfico que se segue, é possível observar as oscilações cronológicas dos topônimos da cidade. Nota-se que os períodos de maior número de decretos dando nomes associados a referências americanas para as ruas do Rio de Janeiro correspondem às conjunturas em que as relações com os países das Américas tiveram maior importância na política exterior do Brasil. Constituem exceção as décadas mais recentes, os anos de 1980 e 1990, que são contemporâneos da construção e promoção do Mercado Comum do Cone Sul, conhecido como MERCOSUL.

[1917]; 24- Buenos Aires [1917]; 25- Caracas [1934]; 26- Cartagena, tr [1967].; 27- Chiaspas, tr. [1970]; 28- Chile, pça.; 29- Cisplatina [1929]; 30- Colombo [1978]; 31- Colorado, tr. [1967]; 32- Corrientes [1970]; 33- Costa Rica [1917]; 34- Cristóvão Colombo (Sampaio) [1917]; 35- Cristóvão Colombo, vd. (Terra Nova) [1965]; 36- Cuauhtémoc, pça. [1954]; 37- Cuba [1917]; 38- Disneylândia [1989]; 39- Equador [1917]; 40- Estados Unidos, pça. [1937]; 41- Filadélfia [1917]; 42- Franklin Roosevelt, av[1945]; 43- Gabriela Mistral [1946]; 44- Gen. Artigas [1935]; 45- Gen. Justo, av. [1942]; 46- Gen. Montezuma [1956]; 47- Gen. Roca [1917]; 48- Gen. San Martín, av. [1950]; 49- Gen. Santander, pça. [1992]; 50- Gen. Urquiza [1935]; 51- Gen. Venâncio Flores [1935]; 52- Guadalajara, tr. [1970]; 53- Guadalupe (Penha) [1947]; 54- Guadalupe, N. S. de [1947] ; 55- Guaiquil [1948]; 56- Guatemala [1917]; 57- Guianas, av. [1967]; 58- Havana [1950]; 59- Henri Ford [1946]; 60- Honduras [1917]; 61- Inca, dos [1957]; 62- Jamaica [1947]; 63- Julio Cortazar [1985]; 64- Justo, Gen., av.[1942]; 65- La Paz [1947]; 66- La Plata [1970]; 67- Nova Iorque, av. [1918]; 68- Mar Del Plata [1970]; 69- Medelin, tr. [1967]; 70- Mérida, tr. [1967]; 71- Mexicana [1969]; 72- Mexicali, tr.[1970]; 73- México [1917]; 74- Miami, pça. [1967]; 75- Michigan, tr. [1967]; 76- Minneapolis, tr. [1967]; 77- Mississipi [1947]; 78- Missouri [1946]; 79- Montevideu [1917]; 80- Montreal [1947]; 81- Morelos, tr. [1970]; 82- Nações Unidas, av. [1952]; 83- Nicarágua, pça. [1951]; 84- Nova Jersey, pça. [1970]; 85- Nova Orleans [1950]; 86- Oregon, tr. [1967]; 87- Pan-Americana, pça. [1966]; 88- Panamá [1917]; 89- Pensilvânia; 90- Potosi, tr. [1967]; 91- Pres. Wilson, av. [1919]; 92- Puebla, tr. [1967] ; 93- Quatro de Julho, pça. [1935]; 94- Quito [1922]; 95- República do Chile, av [1959]; 96- República do Paraguai [1954]; 97- República do Peru [1921]; 98- Rio da Prata [1917]; 99- Rubem Dário, pça. [1946]; 100- Saens Peña, pça. [1917]; 101- Santiago [1917]; 102- Sucre, tr. [1967]; 103- Uruguai (Andaraí) [1917]; 104- Uruguiana (Centro) [1917]. - Obs.: É importante assinalar a existência de uma margem de erro nessa listagem, uma vez que não tivemos acesso a todos os processos de nomeação das ruas.



Se os anos 90 do século XX se apresentam com o menor índice de nomeação, a análise do gráfico permite observar dois períodos de destaque em relação às indicações levantadas: os anos entre 1917 e 1919, com 26 nomeações, e a década de 60 do século XX, com 20 nomeações. Esses dois períodos são acompanhados, em segundo plano, pelas décadas de 40 e 50, com 14 nomeações. Os períodos em que o número das nomeações de ruas se destaca são dois períodos de inovação da política exterior do Brasil em relação às Américas; já as duas décadas que se posicionam em segundo plano correspondem a um período de continuidade da política exterior do Brasil.

Assim, seguindo-se as tendências do gráfico, pode-se notar que o período de 1917 a 1919, o qual abarca o contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) e da Revolução Russa de 1917, corresponde a um novo ordenamento mundial, que exigiu da política exterior brasileira um alinhamento do Brasil, na qualidade de parceiro, com os EUA. Intensificaram-se então relações brasileiras não somente com o país norte-americano, mas também com as outras nações da América Latina. Nesse período da Primeira Guerra Mundial a política exterior brasileira perdeu o Barão do Rio Branco, um dos seus mais ilustres representantes, articulador da política exterior da República brasileira desde 1902 e responsável pela solução dos problemas de fronteira entre ao Brasil e as nações latino-americanas. Com a morte do barão, em 1912, assume a

pasta do ministério das Relações Exteriores Lauro Muller, que permaneceu à frente do ministério até 1917. Sem realizar grandes rupturas nas diretrizes da diplomacia brasileira, o sucessor do Barão do Rio Branco deu continuidade ao trabalho de seu antecessor. Inovou, porém, ao construir uma política de aproximação entre a Argentina, o Brasil e o Chile, a qual ficou conhecida como a política do ABC. Durante a guerra de 1914, Müller procurou, ainda, aproximação com o Canadá e os EUA. O maior empenho do chanceler em relação à política exterior brasileira consistiu em ampliar e solidificar a cordialidade entre os países sul-americanos e em alicerçar a aproximação definitiva do Brasil com as nações da América. Essa política de aproximação está representada no espaço urbano carioca. O esforço de Lauro Müller foi acompanhado, na cidade, com o maior número de nomeações do período estudado. No ano de 1917 houve 24 nomeações de ruas e praças com nomes que faziam referência às Américas na cidade do Rio de Janeiro.⁸

Nos anos seguintes, que se relacionam com o pós-guerra, a crise européia e a formação da Liga das Nações ocuparam a diplomacia internacional. Levando-se em conta que os EUA terminaram não ingressando na Liga das Nações, o Brasil assumiu um papel importante como o principal representante das Américas no concerto das nações, naquele contexto, pelo seu assento na Liga das Nações (GARCIA, 2000). Além disso, o Brasil ocupou um papel de mediador importante na crise das relações entre o México e os EUA a partir da Revolução Mexicana (VINHOSA, 1980; e VINHOSA, 1976). Desse modo, nesse período da virada da década de 10 e início da década de 20 do século XX, o Brasil participou intensamente e de modo original das relações interamericanas.

O outro momento que os dados levantados apontam como de maior número de nomeações de ruas na cidade do Rio de Janeiro é a década de 1960. Especialmente no início desta década, a política exterior brasileira se singularizou pela sua independência, acentuada pelo contexto de alinhamentos próprios do período da Guerra Fria.

Em relação à política exterior, o período do governo de Jânio Quadros (31/01 – 25/08/1961) e depois de João Goulart pode ser considerado pela formação de um conjunto de idéias que tinham raízes no nacional-desenvolvimentismo. Segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, a política exterior inaugurada por Jânio Quadros se colocava numa

⁸ Para uma avaliação da política exterior brasileira na Primeira República, veja-se: Bueno (2003) e Burns (1985).

perspectiva mais universal e menos regional e hemisférica, tendo um caráter pragmático sem preconceitos ideológicos ao adotar uma postura independente. A pasta do Ministério das Relações Exteriores foi entregue a Afonso Arinos de Melo Franco, para quem as relações com os Estados americanos deveriam expandir-se para esfera econômica, sem impor limites à autodeterminação dos povos. Em abril de 1961 Jânio Quadros teve um encontro com o presidente da Argentina Arturo Frondizi que resultou em um acordo cultural, duas declarações – uma de natureza política e outra econômica – e o *Convênio de Amizade e Consulta*, que previa um sistema de trocas de informações e coordenação da atuação internacional. Muitos estudiosos da história das relações internacionais consideram este encontro um dos pontos culminantes do processo de aproximação entre o Brasil e a Argentina. Após a renúncia de Jânio, a ascensão de João Goulart e a crise política que levou o país ao regime parlamentarista, San Tiago Dantas sucede Afonso Arinos no comando da política exterior brasileira. No entanto, a troca na chancelaria não significou uma mudança nas diretrizes das relações internacionais, ao contrário, San Tiago Dantas se tornou um dos mais importantes implementadores da política exterior independente (CERVO; BUENO, 1992).

O intenso debate público e a repercussão de uma política exterior independente foram acompanhados, na década de 60 do século XX, por uma intensificação das nomeações de ruas na cidade do Rio de Janeiro com nomes associados aos países americanos.

Assim, os dois grandes momentos em que as ruas do Rio de Janeiro são associadas às Américas correspondem a períodos em que o Brasil teve um papel de destaque na política das relações interamericanas. A posição brasileira está definida nas duas conjunturas pela posição em relação aos EUA. No primeiro contexto, o Brasil substitui o espaço dos EUA como representante das Américas diante do concerto das nações que se organizava. No segundo contexto, o Brasil assumiu uma posição mais claramente independente, enfatizando a autonomia nacional.

Em contraposição, na década de 30 do século XX, observa-se que as nomeações de rua com referência às Américas diminuíram consideravelmente. Novamente, a cronologia dos nomes de ruas da cidade acompanha um contexto de arrefecimento da ação do Brasil no campo das relações interamericanas. O quadro do relacionamento hemisférico também se complicou desde a Conferência Pan-Americana de Havana de 1928, quando a discussão do princípio de não-intervenção no âmbito do movimento do pan-americanismo, sob a hegemonia dos

EUA, gerou uma grande polêmica. As duras críticas dirigidas aos EUA na conferência resultaram no esfriamento e desconfiança diante do movimento de promoção da integração hemisférica. No Brasil, por sua vez, a conjuntura nacional também não favoreceu um investimento na política exterior, em face das consequências econômicas da crise de 1929 e do quadro conturbado da política interna. De todo modo, durante a gestão do ministro Afonso Arinos de Melo Franco (1930-1934) o Brasil atuou como mediador em conflitos de fronteira na América do Sul, como no caso do Chaco, que colocava em oposição a Bolívia e o Paraguai.

Nessa época, evidenciou-se um esforço político, da parte do Brasil e da Argentina, em melhorar a histórica tensão das relações entre os dois países vizinhos, contornando um afastamento não apenas de caráter político e cultural, mas, sobretudo, um sentimento coletivo negativo de um em relação ao **outro**. Essa atitude é consolidada pelo convite feito por Getúlio Vargas ao general Agustín P. Justos, então presidente da Argentina, para visitar o Brasil. A repercussão e o alarde da imprensa brasileira e da Argentina à visita do general Justo, que ocorreu em outubro de 1933, demonstrava a importância e o propósito de ambos os países no aquecimento das relações bilaterais (FRAGA, 2000). Não é, portanto, sem motivação que, em 1935, vários líderes políticos da região platina – Bartolomeu Mitre, General Artigas, General Urquiza, General Venâncio Flores – foram homenageados com o nome de ruas que fizeram parte do processo de urbanização do bairro do Leblon, na Zona Sul carioca. Anos depois, o general Justo foi homenageado ao nomear uma avenida importante na Zona Norte da cidade.

Acompanhando o gráfico apresentado, observa-se que o menor número de nomeações na década de 1930 é seguido por um aumento na década de 1940, acompanhado pela mesma medida na década de 1950. A nova conjuntura do processo de nomeação de ruas na capital nacional acompanhou o movimento da política exterior do país, que apontava, na época, para uma maior participação do Brasil no campo das relações interamericanas. Nessa mesma época, observa-se um novo grupo de nomeações de ruas, cujos topônimos fazem referência, particularmente, aos países da América hispânica.

Essa conjuntura da política exterior brasileira foi marcada pelo quadro que envolve a Segunda Guerra Mundial. Assim, nas conferências pan-Americanas realizadas em Buenos Aires, em 1936, e em Lima, em 1938, os EUA tentaram, sem sucesso, defender uma proposta de **consolidação da paz continental** e insistiram na necessidade de uma

cooperação de paz entre as nações americanas. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, realizou-se no Panamá a primeira reunião extraordinária dos ministros latino-americanos das relações exteriores, com o objetivo de tomar medidas diante da nova situação internacional. Para a Conferência do Panamá foi elaborada uma pauta que continha três pontos principais: questões relativas à aplicação da neutralidade no Novo Mundo; a proteção da paz do Hemisfério Ocidental; e a cooperação econômica continental, para fazer frente aos inevitáveis desarranjos da economia mundial (RODRIGUES; SEITENFUS, 1995). O Brasil adotou a política defendida por Washington de neutralidade absoluta. No entanto, as rápidas e profundas transformações na política impostas pelo cenário da guerra fizeram com que os EUA quebrassem o princípio de neutralidade, defendido na Conferência do Panamá. Sua entrada isolada na guerra, sem consulta aos países que haviam firmado o acordo, significava a destruição do princípio de uma ação comum. Tal atitude resultou no arrefecimento da política pan-americana e, por outro lado, reforçou às críticas aos EUA e à sua política em relação ao continente.

As relações interamericanas no Brasil voltaram a orientar-se pela ênfase à política exterior no período em que Oswaldo Aranha (1938-1945) assumiu a pasta do Ministério das Relações Exteriores e passou a incentivar a aproximação com Washington. A questão do alinhamento do Brasil com os EUA começou a assumir suas feições definitivas em 1940, quando o governo norte-americano, temendo certa tendência brasileira em favor da Alemanha, acelerou as negociações em torno de uma siderurgia para Volta Redonda, projeto brasileiro importante na estratégia de mudar a posição do país, fundamentalmente agrícola, em favor de um projeto de desenvolvimento econômico de perfil industrial-urbano. A percepção de Aranha, que prevaleceu na política exterior do governo de Getúlio Vargas, pretendia que, nessa aproximação, o Brasil viesse a ocupar a posição de “aliado especial” dos EUA na América latina. Assim foi que os ideais de integração hemisférica foram reforçados na política brasileira. A Conferência de 1942, no Rio de Janeiro, foi um marco no alinhamento do Brasil aos EUA. Tal alinhamento coroou os esforços de Oswaldo Aranha em direção a uma política pró-aliados, determinando a maior influência norte-americana sobre os rumos da política externa brasileira.

A estratégia da política de Aranha resultou em clara representação dessa política no espaço urbano carioca. Nesse período, houve a indicação de catorze ruas em homenagens relacionadas às Américas. O

presidente norte-americano como Franklin Roosevelt e o empresário Henry Ford, o Estado de Missouri e o rio Mississippi foram lembrados pela prefeitura do Rio de Janeiro para nomear as ruas da cidade. A cidade-capital serviu como espaço de afirmação da política de aproximação com os Estados Unidos. Com a crise do Estado Novo (1944-1945) os Estados Unidos tornaram-se um aliado cada vez mais estratégico, e quando em 1944 Oswaldo Aranha deixou o Itamaraty, os rumos da política exterior em relação ao **Gigante do Norte** já estavam definitivamente consolidados. Ao final da guerra, a Conferência de Bogotá de 1948 marcou um novo momento nas estratégias de aproximação hemisférica. Na ocasião, a antiga União Pan-Americana foi substituída pela Organização dos Estados Americanos (OEA). A mudança não foi apenas de nomenclatura, mas especificamente de diretriz do movimento. O que então se propôs foi a substituição do peso ideológico do **pan-americanismo** associado à hegemonia dos EUA por princípios sustentados na idéia de relações interamericanas de condenação enfática às práticas imperialistas. Na época – maio de 1949 – pela primeira vez um presidente brasileiro (Eurico Gaspar Dutra) visitou oficialmente os EUA, retribuindo a visita do presidente americano Harry Truman feita dois anos antes.

A nova ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1950, polarizou a opinião pública entre **nacionalistas** e **entreguistas**. Os Estados Unidos, preocupados com a expansão do comunismo no Hemisfério, propuseram um plano de mobilização econômica para a América latina. O Brasil pressionou o parceiro do Norte e conseguiu um acordo bilateral com a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, em 1950. No entanto, com a eleição de Eisenhower para presidente dos Estados Unidos e a volta dos republicanos ao poder, mudaram as diretrizes da política exterior e a Comissão Mista foi extinta unilateralmente em 1953. A política nacionalista dos últimos anos do governo de Getúlio Vargas e a crise política brasileira que culminou com o suicídio do presidente fragmentaram, particularmente após o fim da Comissão Mista, a política de alinhamento entre o Brasil e os Estados Unidos iniciada no pós-guerra.

Ao contrário da década de 1940, verifica-se que nesse período dos anos 50 houve poucas indicações de nomes de ruas que lembrem os Estados Unidos. A grande maioria é relativa a nomes de cidades ou a personagens que representam as nações latino-americanas. É interessante observar ainda que, em 1954, pela primeira vez a cidade do Rio de Janeiro

homenageou a República do Paraguai. Desde a Guerra do Paraguai o Brasil considerava a nação vizinha como inimiga, representante da barbárie em contraponto ao modelo civilizatório brasileiro.

O número de nomeações de ruas na cidade do Rio de Janeiro da década de 70 se aproxima do número das décadas de 40 e 50 do século XX. O estudo histórico da toponímia revela e reforça a clara relação com as diretrizes da política exterior brasileira para o continente.

Contrapondo-se à política exterior independente dos governos do início dos anos de 1960, o regime militar que se instalou no Brasil a partir do golpe de 1964 alterou significativamente as diretrizes da política exterior, que passou a seguir um modelo ideológico e bipolar. Por outro lado, a participação dos EUA na maioria dos golpes militares da América Latina desarticulou qualquer política de aproximação sob a liderança da nação norte-americana. O retorno à democracia nos países da América do Sul possibilitou avanços importantes nos processos de cooperação regional. Nesse período, o problema da dívida exterior passou a ser o ponto central da atividade diplomática. Durante os anos 80 houve uma mobilização diplomática importante em direção à integração regional, particularmente quando, em 1985, o Brasil e a Argentina assinaram a *Declaração de Foz do Iguaçu*, que foi a base para a integração econômica do Cone Sul. Em 1990 o Brasil e a Argentina assinam um novo tratado – *Tratado de Buenos Aires* – que previa a integração econômica entre os dois países, e um ano depois o *Tratado de Assunção* estabeleceu a inclusão do Uruguai e do Paraguai para a constituição do MERCOSUL.

Retornando-se ao gráfico, pode-se observar um pico de denominações de ruas nos anos 60, seguido de uma significativa queda na década de 70 e de patamares muito baixos nos anos 80 e 90. A leitura do gráfico demonstra que, enquanto na década de 60 vinte logradouros homenageavam as Américas, na década de 70 este número cai para 12, na de 80 para 2 e na de 90 para apenas 1. Paradoxalmente, a intensidade do processo de nomeação de ruas com nomes ligados às Américas não acompanha a tendência da política exterior. Verifica-se, assim, que, apesar de as décadas de 80 e 90 do século XX apontarem uma intensificação dos projetos de integração regional na política exterior brasileira, não ocorreu um aumento da nomeação de ruas com topônimos que representassem os países do continente. Isso pode ser explicado, de um lado, pelo contexto de mudanças institucionais do novo regime político de bases democráticas que se estabeleceu nessa época no Brasil, as quais garantiram a afirmação do poder local pela eleição direta do prefeito da

cidade. Por outro lado, pode-se explicar também pelo esgotamento da hegemonia dos EUA, especialmente na América do Sul. A emergência do Mercosul é apenas um dos movimentos que apontam para um contexto em que se verifica a afirmação, por parte dos países sul-americanos, de projetos que não se articulam a partir da liderança norte-americana.

De modo conclusivo, pode-se dizer que os nomes de ruas associados a fatos, personagens ou países das Américas estão associados ao quadro de uma política exterior brasileira que opera sobre os usos do passado das relações interamericanas. O fato é que as conjunturas de maior número de nomeações de ruas correspondem aos momentos em que a política externa brasileira afirmou maiores espaços de autonomia em relação à hegemonia dos EUA. Por outro lado, o grande número de referências de nomes de ruas associados aos EUA são outro indicador dessa posição central dos EUA no quadro das relações interamericanas. A geografia e a cronologia da toponímia evidenciam, portanto, o fato de que a política externa brasileira definiu sua posição no contexto das relações interamericanas ao promover a aproximação ou o afastamento em relação aos EUA, num jogo de expectativas desencontradas (HIRST, 2005). Os nomes de rua da cidade do Rio de Janeiro acompanharam esse movimento da diplomacia brasileira, traduzindo as relações interamericanas como fato urbano. Desse modo, os usos do passado permitiram que as Américas ganhassem as ruas da cidade instalando um território próprio no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Unesp, 2002.
- BUENO, C. *Política externa da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- BURNS, E. B. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: HOLANDA, S. B. (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985. t. 3, v. 9.
- CERVO, A. L. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília, DF: FUNAG-IBRI, 2001.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática. 1992.

- DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DE LOS RIOS FILHO, A. M. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.
- FRAGA, R. Los acuerdos Vargas - Justo: 1933-1935. In: BRASIL-Argentina: a visão do outro. Brasília, DF: FUNAG, 2000.
- GARCIA, E. V. *O Brasil e Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- HARTOG, F.; REVEL, J. (Dir.). *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001.
- HIRST, M. *The United States and Brazil: a long road of unmet expectations*. New York: Routledge, 2005.
- RODRIGUES, G. M. A. A inserção internacional de cidades: notas sobre o caso brasileiro. In: VIGENANI, T. et al. *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC, 2004.
- RODRIGUES, J. H.; SEITENFUS, R. A. S. *Uma história diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- VINHOSA, F. L. T. A diplomacia brasileira e a Revolução Mexicana - 1913-1915. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 327, p. 19-81, 1980.
- VINHOSA, F. L. T. *A diplomacia brasileira e a Revolução Mexicana (1913-1915)*. 1976. Dissertação (Mestrado)-UFF-PPGH, Niterói, 1976.
- VILLAFANE, V. L.; MARINO, S. C. (Coord.). *Estados Unidos y América Latina: los nuevos desafíos: unión o desunión*. México: Jorale - Orfila, 2007.